

“País tem urgência em criar empregos”

“Não há explicação

para juro do BC ser

13,75%”, afirma Lula



“Não há imunidade parlamentar para proteger canalhice”, adverte Flávio Dino

O ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB-MA), afirmou no sábado (25) que “não há imunidade parlamentar para proteger canalhice”. A afirmação referia-se à insinuação feita pelo ex-juiz Sergio Moro tentando ligar integrantes de uma facção criminosa ao presidente Lula. O ex-ministro de Bolsonaro e ex-juiz da Lava Jato citou o uso do nome “Lula Livre” em um e-mail de um dos integrantes do grupo criminoso PCC (Primeiro Comando da Capital), segundo informações divulgadas pela PF. **P 3**

**HORA DO POVO**  
ANO XXXIII - Nº 3.89829 de Março a 4 de Abril de 2023



**1 REAL BRASIL**  
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

**Maior taxa do mundo é sabotagem ao Brasil retomar crescimento**

O presidente Lula criticou a decisão tomada pelo Banco Central de manter a taxa de juros em 13,75%, o maior juro real do mundo. “Não tem explicação para nenhum cidadão do planeta Terra a taxa de juro no Brasil estar em 13,75%, não existe explicação”, disse Lula. “Eles [BC] que paguem pelo que estão fazendo. A história julgará cada um de nós. A única coisa que eu sei é que a economia brasileira precisa crescer, nós precisamos gerar empregos”, destacou o presidente, em visita ao Complexo Naval de Itaguaí, no Rio. **Página 3**

**Para Nobel de Economia, Selic no nível atual ‘é pena de morte’**

O vencedor do prêmio Nobel de Economia em 2001 e professor da Universidade de Columbia (EUA), Joseph Stiglitz, definiu a taxa básica de juros no Brasil, hoje em 13,75%, como “chocante”. “É tipo de taxa de juros que vai matar qualquer economia”, declarou, durante seminário internacional Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. “Eu acho impressionante que o Brasil tenha sobrevivido, ao que seria de fato uma pena de morte”, disse. **Página 2**



Após manifestações de centenas de milhares e repúdio até do seu então ministro da Defesa, Netanyahu recuou

**Multidão na rua obriga recuo de Netanyahu em anular judiciário**

Com uma multidão diante do Knesset (parlamento israelense), a greve geral recebendo adesão cada vez maior, o primeiro-ministro Netanyahu recuou do intento golpista de suprimir o Poder Judiciário orientando sua coalizão – que conta com a participação de facções fascistas – a suspender o processo que levaria à imposição de uma legislação tornando a Corte Suprema inoperante e uma instituição de carimbo das determinações de seu bloco. Apesar do recuo, Netanyahu não desistiu da tentativa de anulação do Judiciário. **Página 6**

**Metroviários em Conselho Federal SP conquistam abono depois de 2 dias de greve**

Em assembleia na sexta-feira (24), os metroviários de São Paulo encerraram a greve que paralisou quatro linhas desde a quinta-feira (22). Vitória parcial, eles conquistaram pagamento em abril de abono salarial no valor de R\$ 2 mil. **Página 5**

**Conselho Federal da cloroquina e o novo programa Mais Médicos**

Entusiasta da cloroquina no tratamento da Covid-19 e “bolsonarista raiz”, Hiran Gallo, presidente do CFM, iniciou campanha contra o programa do governo que visa levar saúde aos grotões do Brasil. **Página 4**



**França: atos reúnem 3,5 milhões contra o corte na previdência**

A França parou na quinta-feira (23), para rechaçar a acintosa imposição da reforma da previdência de Macron, com 3,5 milhões de pessoas nas ruas, bloqueios e greve por todo o país. **Pág. 6**

**“Destruição do Nord Stream é guerra econômica dos EUA à Alemanha”, diz deputado Hunko**

A sabotagem ao gasoduto Nord Stream fez parte de uma guerra econômica travada pelos EUA contra a Alemanha em particular e a Europa em geral, forçando o país a substituir o uso do gás russo pelo gás norte-americano mais caro e prejudicial, afirmou Andrej Hunko, membro do Comitê de Política Internacional do parlamento federal alemão, o Bundestag. **P 7**

**É muito radicalismo, diz Alckmin sobre juro do BC**





# Conselho Federal "da cloroquina" e o novo programa Mais Médicos

Entusiasta da cloroquina no tratamento da Covid-19 e "bolsonarista raiz", Hiran Gallo, presidente do CFM, iniciou campanha contra o programa do governo que visa levar saúde aos grotescos do Brasil

O jornalista Ricardo Noblat registrou, neste domingo (26), em sua coluna no jornal Metrópole, que o Conselho Federal de Medicina (CFM) iniciou uma orquestração contra o novo programa "Mais Médicos", lançado recentemente pelo governo Lula com o objetivo de levar atendimento de saúde aos rincões mais distantes a abandonados do país. Conhecido nos corredores dos hospitais e faculdades de medicina como "Conselho Nacional da Cloroquina", o órgão, que perdeu o respeito dos médicos, afrontou a ciência por ocasião da pandemia e respaldou, contra toda a saber médico, contra pareceres da Organização Mundial da Saúde e de todas as associações de especialistas do país e do mundo, o obscurantismo do governo Bolsonaro que queria usar a cloroquina no tratamento da covid-19.

Durante a pandemia, o Conselho de Medicina, num parecer que estava totalmente em desacordo com a ciência, apoiou o uso por Jair Bolsonaro de cloroquina em pacientes com Covid-19.

O efeito terapêutico da droga no tratamento da covid-19 não havia se confirmado em nenhum lugar do mundo. Todos os trabalhos científicos sérios mostraram a ineficácia da cloroquina no tratamento da doença. A OMS não aprovou o seu uso na pandemia.

A atitude criminosa de Bolsonaro, apoiado pelo CFM, de insistir no uso da droga, além de abandonar e combater as medidas sanitárias, acabou provocando a morte de quase 700 mil brasileiros, sendo que mais da metade dessas mortes poderiam ter sido evitadas, caso o governo não tivesse adotado o negacionismo científico.

Não satisfeito, o presidente do CFM, Hiran Gallo liderou também durante a pandemia uma campanha contra o uso de máscara contra a disseminação do vírus. Servindo a Bolsonaro, que se recusava a usar máscara e defendia a "imunidade de rebanho", ou seja, a política genocida de deixar a população se infectar para adquirir "imunidade natural", a entidade também criticou a obrigatoriedade do uso de máscaras. Fez isso num documento dirigido à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Só para se ter uma ideia do nível a que chegou o CFM,

em agosto do ano passado, o conselho abriu as portas para o então presidente Jair Bolsonaro discursar contra a ciência e contra a democracia.

E mais recentemente, segundo Noblat, a vice-presidente do CFM, Rosylane Rocha, na interinidade como presidente, exaltou os atos antidemocráticos do 8 de janeiro. O jornalista lembra que a médica publicou uma foto no Instagram do momento em que os terroristas subiam a rampa do Congresso e escreveu: "Agora vai", na legenda.

É essa gente que está contra a ampliação da atenção em saúde para a população mais desassistida do país. Na última sexta-feira (24), Gallo teve um encontro com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e, segundo nota do CFM, a entidade disse que é contrária à permissão de que portadores de diplomas de medicina obtidos no exterior, que não foram aprovados em exame de revalidação (Revalida), recebam autorização para o exercício da profissão em território nacional.

Esse é o pretexto do bolsonarista empedernido para ser contra o programa. Finge estar defendendo a "qualidade" do atendimento, mas o que ele quer mesmo é sabotar o programa. Ele não diz nenhuma palavra sobre a prioridade do programa para médicos brasileiros. Finge desconhecer que o governo afirmou só lançará mão de médicos estrangeiros, naqueles lugares onde os médicos brasileiros não quiserem ir.

Ele silencia sobre isso tudo. "Não podemos abrir mão de pontos essenciais. Da qualidade da prática médica. Desde o dia 20 (lançamento do programa) o CFM está em alerta", segue o "Dr. Cloroquina".

O "desinteressado" apoiador de Bolsonaro disse que "o Brasil tem médicos em quantidade suficiente para atender a população, inclusive em programas governamentais". Ótimo, então está tudo resolvido. Como o governo está priorizando os brasileiros e lançou estímulos para os eles se fixem nas comunidades, o novo programa, então, será um sucesso. Hiran Gallo e todo o bolsonarismo, no entanto, torcem para que não dê certo. Afinal, essa gente de extrema direita não está, e nunca esteve, nem aí para as necessidades da população brasileira.



Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) José Hiran Gallo e Bolsonaro



Rompimento de uma adutora causou estragos na Zona Oeste do Rio

## Adutora de empresa privatizada rompe e inunda casas na Zona Oeste do Rio

O rompimento de uma adutora causou estragos na Zona Oeste do Rio, na manhã deste sábado. A adutora é operada pela Rio-Saneamento, empresa pertencente ao grupo Águas do Rio, concessionária que adquiriu blocos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), em 2021.

O rompimento, na Estrada do Lameirão, entre Santíssimo e Campo Grande, causou inundação em diversas ruas do entorno. Nas redes sociais, moradores divulgaram vídeos com a água tomando conta da via e entrando em casas e lojas, deixando muitas pessoas ilhadas e em pânico. O rompimento aconteceu na altura da Estrada da Posse e deixou quatro pessoas

feridas.

A Rio+ Saneamento informou que o vazamento provocado pelo rompimento já foi contido, mas que pela necessidade do desligamento da Nova Elevatória Lameirão, os bairros Santíssimo, Senador Vasconcelos, Senador Camará, Campo Grande, Guaratiba, Ilha de Guaratiba, além de alguns bairros de outras áreas de concessão poderão ter o abastecimento de água afetado.

Em entrevista ao G1, uma moradora que é deficiente contou que foi acordada pelo irmão dizendo que a sua casa estava completamente inundada. "Eu acordei com o meu irmão me chamando. Nisso, a água já estava entrando em casa. Fico sobre a geladeira, máquina, sofá e tudo. Agora, eu pedi para o meu sobrinho tirar a

lama", disse.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, que chegou ao local por volta das 12h, informou que irá acompanhar o trabalho e que a Rio+ Saneamento terá que indenizar os moradores que perderam tudo.

"Foi uma sorte incrível. Foi Deus que não permitiu que não morresse ninguém aqui. Foi um absurdo o que aconteceu. Vamos ficar atentos a isso, porque as pessoas precisam ser indenizadas por conta das perdas materiais delas. Elas estão muito assustadas e traumatizadas. Eu estava agora na casa de um rapaz cadeirante que acordou com a água em cima dele. É uma situação muito grave e vamos ficar aqui até que tudo seja resolvido", disse o prefeito.

## Músico e humorista Juca Chaves morre em Salvador, aos 84 anos

O músico e humorista Juca Chaves faleceu na noite de sábado, 25, em Salvador, aos 84 anos. Jurandyr Czaczkes Chaves nasceu no Rio de Janeiro em 1938 e se consagrou como compositor de modinhas e trovas que, especialmente durante o período da ditadura militar, tiveram grande relevância na crítica ao regime.

Juca se formou em música clássica e começou sua carreira em um programa de humor na TV Tupi, em 1955. O músico viveu em exílio em Portugal nos anos de ditadura e lá foi preso por autoridades locais por ironizar o regime de

Antônio de Oliveira Salazar.

Dentre suas canções mais conhecidas estão Caixinha, Obrigado, A Cúmplice, Menina, Que Saudade, Por Quem Sonha Ana Maria e Presidente Bossa Nova, essa em homenagem a Juscelino Kubitschek.

De Vinícius de Moraes, o músico ganhou a alcunha de Menestrel Maldito. Para o escritor Jorge Amado, Juca tinha "a voz mais livre do Brasil".

Juca vivia na capital baiana com a família e morreu no hospital São Rafael em decorrência de complicações pulmonares.



Juca Chaves faleceu aos 84 anos, em Salvador - BA

## Volta do Programa de Aquisição de Alimentos estimula produção e ajuda no combate à inflação

O governo Lula lançou na quarta-feira (22) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Recife. Com injeção orçamentária inicial de R\$ 500 milhões, o governo federal retoma a responsabilidade do Estado - esvaziada nos últimos anos - de garantir a produção de alimentos, estimular os pequenos produtores, fazer estoques reguladores e combater a fome e a inflação.

O presidente Lula discursou no evento e disse que sua principal missão é combater a fome no Brasil. "Digo ao Brasil, aqui em Pernambuco, que voltamos a governar o país para mudar mais uma vez a história. Quem nunca passou fome, não sabe a falta que faz comer. Não vou desistir de cumprir a promessa que o povo vai voltar a comer 3 vezes por dia", disse ele.

"O Programa de Aquisição de Alimentos é mais uma política que retomamos para combater a fome no Brasil, com incentivo à agricultura familiar e com alimentos saudáveis para o prato do povo brasileiro e merendas das nossas crianças", destacou Lula.

O PAA, criado em 2003, era parte da ação conhecida como Fome Zero e foi instituído para incentivar a agricultura familiar sustentável por meio do estímulo ao consumo da produção do setor, principalmente através de compras feitas por



Programa de Aquisição de Alimentos lançado em Recife

órgãos públicos, realizadas com dispensa de licitação.

Junto com os investimentos na Agricultura Familiar, previstos para o próximo Plano Safra, que será anunciado pelo governo em maio, o PAA ajudará, não só a garantir a renda para o pequeno agricultor, como garantirá os preços abastecidos e os estoques de alimentos - estrutura que foi desmontada pelo governo anterior - e que são instrumentos fundamentais no combate à inflação.

O financiamento à agricultura familiar, setor que é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos consumidos pelos brasileiros, e a aquisição da produção desse pequenos produtores pelo governo, garante a maior parte do abastecimento da

população brasileira. Mais importante ainda, permite a reconstrução dos estoques reguladores do governo, que são instrumentos chaves para o combate à inflação, e que foram desmontados por Paulo Guedes e Bolsonaro.

Com o respaldo de Jair Bolsonaro, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, vendeu até os armazéns da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e pretendia se desfazer de toda e qualquer política de estoques reguladores. Com prioridade quase absoluta para a exportação, o governo anterior provocou o desabastecimento interno e a dolarização dos preços dos alimentos. O resultado desta política desastrosa foi a alta da inflação de alimentos e o aumento da fome no Brasil.



Protestos exigiram a revogação da reforma do Ensino Médio

## Lula diz que mudanças no Ensino Médio serão construídas com estudantes

O presidente Lula (PT) afirmou que o governo apresentará uma nova proposta de currículo para o Ensino Médio após debater com a sociedade. O anúncio ocorre após protestos estudantis pela revogação imediata da reforma do ensino realizada durante o governo Temer e que precarizou o acesso à educação pública de qualidade.

Em seu perfil no Twitter, Lula disse que conversou com o ministro da Educação, Camilo Santana, para mudar a reforma do ensino médio. De acordo com o presidente, Camilo fará um debate com alunos e professores para a construção da proposta.

Em entrevista à TV 247, também nesta terça-feira (21), Lula afirmou que está acompanhando as críticas à mudança e que o assunto será debatido com educadores e estudantes. "Não vai ser do jeito que está. Para que a gente possa fazer uma coisa que seja agradável para o governo, mas também aos estudantes", disse.

A reforma do ensino aprovada em 2017, durante a gestão Michel Temer (MDB), por meio de medida provisória e batizada de "Novo Ensino Médio" e criou uma carga horária flexível na grade curricular dos alunos reduzindo para 60% a quantidade de disciplinas obrigatórias, como matemática e português, excluindo conteúdos como história, geografia e sociologia. No lugar dessas disciplinas, foram implantados os chamados "itinerários", que ocupam os outros 40% da grade.

Ocorre que os itinerários não possuem qualquer regulamentação indo de aulas empreendedorismo (mentalidade rica x mentalidade pobre), passando por oficinas de RPG e indo a locais curiosos como aulas de como fazer brigadeiro.

Os estudantes se posicionaram contra a reforma do Ensino Médio desde o início da implementação, denunciando fortemente a precarização do ensino público. Agora, com o governo Lula, viram a oportunidade de revogar a reforma e implementar um novo currículo vinculado com as necessidades brasileiras.

Entidades estudantis, sindicatos e do movimento social fizeram uma série de protestos neste mês de março.

As associações de professores também se queixam da sobrecarga dos docentes, que são obrigados a ministrar as novas disciplinas.

Lula disse já ter se reunido com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) para discutir propostas da categoria. O governo, no entanto, ainda não apresentou um esboço das alterações que podem ser feitas na reforma.

### ATRASO

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), Lucca Gidra, considerou que a fala do presidente Lula demonstrou uma sensibilidade com a reivindicação dos estudantes e abriu espaço para o diálogo por um Ensino Médio de qualidade.

"Foi uma fala importante a do Lula, que demonstrou uma sensibilidade com o que os estudantes, com que a comunidade escolar e a sociedade têm reivindicado - que a revogação dessa reforma e a proposta de uma nova lei. Uma lei que realmente contempla o interesse dos estudantes e também os interesses do nosso país", disse Lucca.

O líder estudantil pondera que "é preciso avaliar a qual vai ser proposta trazida pelo governo e que seja uma proposta, como o presidente mesmo disse, que de fato seja elaborada e debatida com os mais interessados numa educação boa, que são os estudantes".

Lucca ressaltou que os estudantes precisam estar organizados e mobilizados em defesa da educação.

"Vamos continuar nas ruas e nas escolas, discutindo que proposta e qual é o ensino que a gente quer - que com certeza, é um ensino com investimento, um ensino com educador dentro das salas de aulas, com uma capacitação adequada aos professores, um ensino que a gente consiga ter a formação completa para sermos verdadeiros donos do nosso destino, escolhendo a área que seguir", destacou.

Um ensino em tempo integral e com condição de permanência e além disso, com ensino técnico e voltado para as necessidades do nosso país - para conseguirmos formar pessoas capacitadas que correspondem a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas do nosso país: através da indústria, do desenvolvimento, da ciência e que essa nova proposta elaborada contemplem tanto esse desenvolvimento do país, quanto o desenvolvimento científico do nosso país.

# Deputados repudiam privatização da Sabesp em ato na Assembleia de SP



## Petroleiros fazem dia de protestos contra venda de ativos da Petrobrás

Os petroleiros realizaram paralisações e protestos, nesta sexta-feira (24), contra o processo de privatização de ativos da Petrobrás, levado a cabo pelo presidente da empresa, indicado por Bolsonaro, Jean Paul Prates. Os atos estão sendo realizados em refinarias e bases petrolíferas de norte a sul do país.

“É uma paralisação nacional, em todas as bases do sistema Petrobrás, contra a gestão bolsonarista que ainda está na Petrobrás e precisa já ir embora e contra as privatizações que seguem, exatamente por causa dessa gestão”, disse David Bancelar, coordenador nacional da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Além da paralisação, a categoria também está realizando assembleias para aprovar o estado de greve contra o pacote de privatização que se mantém com Prates.

De acordo com a Federação, o conselho da estatal deve votar na próxima semana a venda da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), no Ceará, e dos polos de produção do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo, mesmo com a orientação do governo Lula, via Ministério das Minas e Energia, de que a empresa interrompesse as privatizações.

Apesar dos quase três meses de governo Lula, a diretoria da estatal e o Conselho de Administração ainda seguem ocupados por indicações de Bolsonaro. Os petroleiros denunciam que essa gestão está correndo contra o tempo para concluir as vendas de ativos e boicotam as propostas de reconstrução da empresa.

Ainda de acordo com a FUP, somente na quarta-feira (22) após pressão das entidades sindicais e sob a iminência de uma greve, o Conselho de Administração aprovou a nova diretoria, que tomará posse no próximo dia 29.



Pré-lançamento da Frente Parlamentar contra a privatização da Sabesp



## Centrais sindicais condenam decisão do Copom: “Evidente boicote ao desenvolvimento do país”

As centrais sindicais repudiam a manutenção da taxa básica de juros em 13,75% pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, nesta quarta-feira (22). Para as centrais, a decisão vai na contramão das medidas necessárias para a retomada do desenvolvimento e serve apenas para locupletar os já estratosféricos lucros de banqueiros e rentistas.

Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) afirmou que a manutenção da taxa básica de juros em 13,75% “é de causar indigestão”. “A decisão reproduz a cartilha do grande capital quando somente satisfaz o ânimo do rentismo. A postura do presidente Roberto Campos Neto e sua equipe econômica é inaceitável. Nada justifica diante da crise e do drama que afeta milhões de famílias brasileiras. Essa política atende ao receituário do mercado, dos bancos e da especulação. A decisão revela uma completa submissão do Copom aos interesses dos rentistas e um evidente boicote ao presidente do Brasil, que já apontava a necessidade urgente de uma mudança de rota na macroeconomia”, disse Adilson.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi nomeado por Bolsonaro e, a princípio, deve ficar até o fim de 2024 no comando do Banco Central, devido

à lei que deu autonomia a autarquia (Lei 179 de 2021) lhe garantindo um mandato de 4 anos.

“O povo elegeu um programa democrático e popular para promover a reconstrução e transformação do país. O povo não deu autonomia alguma para o BC seguir agindo como um laboratório de maldades. O Banco Central precisa redefinir seu papel, que, baseado na responsabilidade fiscal, não pode ser o arcabouço do sepultamento da responsabilidade social. A retomada do crescimento econômico demanda o caminho dos investimentos públicos, das grandes obras de infraestrutura, da universalização dos serviços públicos”, concluiu o presidente da CTB.

Para Miguel Torres, presidente da Força Sindical, a decisão frustra os trabalhadores e mantém o BC curvado aos interesses dos especuladores. “Tragicamente, também em nosso país estamos reféns dos poderosíssimos interesses dos rentistas. A manutenção da taxa em 13,75% a.a. é um verdadeiro prêmio aos especuladores e uma extorsão para os brasileiros e o setor produtivo. [...] Os juros continuam proibitivos, e o Brasil perde outra chance de apostar na produção, consumo e geração de empregos”, enfatizou.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), em nota, lembrou que o presidente

Lula, acompanhado pelo ministro da Economia, Fernando Haddad, tem apontado para a redução da taxa de juros para a retomada dos investimentos no país, mas que o Copom decidiu ignorar os apelos.

“A redução da taxa básica de juros reduziria as despesas do governo com juros da dívida, o que lhe possibilitaria investir na retomada e na realização de novas obras, gerando emprego, melhoria na logística e melhor qualidade de vida. Ao reduzir o custo do dinheiro, melhoraria a oferta de crédito a juros menores, o que reduziria o endividamento das famílias e propiciaria uma retomada mais forte do consumo e, em decorrência, do crescimento e dos empregos”, disse a central.

A União Geral dos Trabalhadores também condenou a decisão, somando-se ao coro do sindicalismo contra a decisão do Copom. “O Brasil precisa de investimentos, empreendedorismo, geração de emprego e distribuição de renda, já que a população com maior poder de compra é o combustível necessário para reacquerir a economia e colocar novamente o País nos trilhos do desenvolvimento. É imoral fazer isso, uma vez que apenas os banqueiros e o mercado especulativo lucram, em detrimento do setor produtivo”, disse a UGT em nota.

“Água é um bem de todos e não pode ser transformada em mercadoria”, afirma a deputada Leci Brandão (PCdoB-SP)

Neste Dia Mundial da Água (22), centenas de pessoas lotaram o Plenário Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa de São Paulo, no pré-lançamento da Frente Parlamentar contra a privatização da Sabesp, pretendida pelo governador do Estado, Tarcísio de Freitas. Mais cedo, os participantes fizeram um ato, em frente à Assembleia, em defesa da empresa pública de água e saneamento de São Paulo.

O ato de pré-lançamento da Frente, coordenada pelo deputado Emídio de Souza (PT), reuniu representantes de centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais, parlamentares e especialistas do setor de água e saneamento. Entre eles, ocuparam a mesa o presidente do Sintagma, José Faggian; a deputada Leci Brandão, a representante do mandato feminino coletivo do PsoL, deputada Mariana Souza; o presidente da CTB-SP, René Vicente; além de representantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), do ONDAS – Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento; e do Sinergia.

“Estamos aqui hoje, neste Dia Mundial da Água, para defender a nossa Sabesp, maior empresa de saneamento da América Latina, a que mais se desenvolveu tecnicamente em nosso país, a que mais dá lucro ao governo do Estado, e está sendo ameaçada pelo governador Tarcísio de Freitas”, disse o deputado Emídio de Souza ao iniciar a audiência.

“Sabemos que 40% das ações da Sabesp já não estão nas mãos do Estado, que já foram privatizadas, o que não queremos é que eles tenham o controle total da Sabesp, para que ela continue pública e que o Estado, com o lucro que ela dá, reinvesta no tratamento de água e em redes de esgoto para o bem da população, que em última instância é a dona desse lucro”, continuou o deputado.

Alertando que essa luta é grande, pois privatizar a Sabesp é um compromisso de campanha de Tarcísio de Freitas, Emídio con-

clamou os presentes a unirem e envolverem setores sociais, entidades, políticos, especialistas, sindicatos e a população em geral para impedir que o projeto avance.

A deputada Leci Brandão disse que é contra privatização em qualquer nível, e que, especialmente sobre a Sabesp, mais ainda, porque “água é um bem de todos, tem que ser acessível a todos, e não pode ser transformada em mercadoria”.

“Estou firme nessa luta, ao lado da população, dos trabalhadores, a favor dessa empresa que é patrimônio do povo paulista”, afirmou a deputada, ressaltando que nessa questão de querer privatizar empresas de água e saneamento “o Brasil está na contramão do mundo, onde muitos países estão voltando a reestatizar suas empresas”.

Para o presidente do Sintagma, José Faggian, o pré-lançamento da Frente é “uma iniciativa importante e que só fortalece nossa luta em defesa da Sabesp, da categoria e da população. Estamos viajando todo o estado denunciando a proposta do governo Tarcísio e alertando que será a população a maior prejudicada com a venda da empresa”, frisou.

Para a secretária de Meio Ambiente da CUT-SP, Solange Ribeiro, “sabemos que a privatização da Sabesp irá prejudicar a população paulista. A CUT, junto com a Frente Parlamentar contra a privatização da Sabesp, intensificará esta luta. A população paulista precisa saber o que está acontecendo. Muitos bairros vão ficar muito mais tempo sem água, isso é que chamamos de sucatear o serviço para justificar lá na frente a privatização”, afirma a dirigente.

Coordenador da Frente Parlamentar contra a privatização da Sabesp na legislatura passada, o deputado Emídio de Souza já conseguiu o número suficiente de assinaturas para protocolar o pedido de constituição da Frente na legislatura atual, e aguarda o dia 23 para atender a determinação da Alesp.

## Metroviários conquistam acordo com abono parcial e encerram greve em SP

Em assembleia na manhã desta sexta-feira (24), os metroviários de São Paulo decidiram encerrar a greve que paralísou quatro linhas desde a madrugada de quinta-feira (22). Com resultado apertado – 30 votos de diferença dos 3 mil participantes –, a assembleia acatou a proposta feita pelo governo de São Paulo para o pagamento do abono salarial.

O Sindicato dos Metroviários considerou a proposta muito ruim, mas decidiu indicar o encerramento da paralisação para que ela não prosseguisse até o fim de semana, e continuar a negociação nos próximos dias.

“Embora a proposta seja ruim, seja muito pouco, a gente acha importante aceitar essa proposta e sair da greve por cima. Porque não existe condições da gente continuar a greve no final de semana”, afirmou Camila Lisboa, presidente do Sindicato dos Metroviários.

A proposta do governo, enviada ao sindicato durante a madrugada, é pagamento em abril de abono salarial no valor de R\$ 2 mil – a reivindicação da categoria é abono de R\$ 2,5 mil pelos últimos três anos. O governo também se comprometeu com a instituição de Programa de Participação nos Resultados de 2023, a ser pago em 2024, e afirmou que não haverá punição aos

grevistas e nem desconto dos dias de greve.

A categoria também reivindica, além do pagamento de abonos salariais de Participação nos Resultados de 2020, 2021 e 2022; revogação de demissões por aposentadoria e outros desligamentos ocorridos em 2019, fim das terceirizações e a abertura de concurso público.

A paralisação dos metroviários foi marcada pelo desentendimento entre o governo e a categoria, que se acirrou ainda mais com o que os trabalhadores e o sindicato consideram uma manobra feita pelo governador Tarcísio de Freitas, que anunciou acordo com os metroviários para liberar as catracas à população durante o andamento das negociações e logo depois voltou atrás. Os metroviários chegaram a voltar ao trabalho para o atendimento à população, mas o funcionamento do Metrô não foi liberado.

“Os metroviários estão revoltados com o que o governador Tarcísio fez ontem, com aquela mentira em relação à catraca livre. Essa postura, que nós entendemos como uma molecagem, um desrespeito, gerou uma enorme indignação na categoria, que já estava muito insatisfeita com as condições de trabalho no Metrô”, disse a presidente do Sindicato dos Metroviários, Camila Lisboa.



## Produtos para mulheres custam até o dobro do preço, aponta pesquisa

A Secretaria Nacional do Consumidor, Senacon, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicou, no último dia 8 de março, uma Nota Técnica com Diretrizes de Proteção e Defesa da Consumidora. Uma das medidas visa combater práticas como a cobrança de preços abusivos de produtos femininos, a chamada “taxa rosa”.

A prática, considerada discriminatória pelo Ministério, caracteriza-se por aumentar o valor de produtos destinados ao público feminino, ainda que seja equivalente aos demais produtos.

Uma reportagem do jornal O Globo mostra exemplos como lâminas de barbear, roupas de bebê, brinquedos, tênis, xampus e até mesmo remédios para a dor, que, voltados às mulheres, podem chegar a até o dobro do preço.

Outro exemplo é uma cartela de comprimidos de ibuprofeno, que custa R\$ 10 quando inclui tratamento de cólicas menstruais. Levantamento da ESPM, de 2018, com 150 produtos, constatou que os itens destinados a mulheres são, em média, 12,3% mais caros que similares para o público masculino. Só em vestuário, o preço é 17% maior.

Para combater a prática, a Secretaria Nacional do Consumidor anunciou um total de 10 diretrizes de orientação ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor: igualdade de gênero e não discriminação; proteção de direitos das mulheres consumidoras; educação e conscientização; comunicação não sexista; preços justos e igualdade de acesso; garantia de segurança e qualidade; participação das mulheres na tomada de decisão; cooperação e parceria; regulamentação e fiscalização; e promoção de ações afirmativas.

“Vamos atuar fortemente contra publicidades que objetivam as mulheres, que discriminam e emitem um comportamento machista nas relações de consumo. A Senacon junto ao Sistema Nacional não admitirá essa postura. O estado tem o dever de proteção”, ressaltou o secretário nacional do consumidor, Wadhi Damous.



Rovena Rosa/Agência Brasil





# Por que a crise bancária nos EUA ainda não acabou

A situação dos bancos de agora é “muito mais séria do que a quebra de 2008-09”, avalia Michel Hudson, autor do artigo que publicamos, no qual analisa a atual crise do sistema financeiro norte-americano

MICHAEL HUDSON\*

As quebras de Silvergate, Silicon Valley Bank, Signature Bank e suas insolvências bancárias relacionadas são muito mais sérias do que a quebra de 2008-09.

O problema naquela época eram os bancos desonestos que faziam empréstimos hipotecários ruins. Os devedores eram incapazes de pagar e estavam inadimplentes, e descobriu-se que o imóvel que eles haviam dado como garantia estava supervalorizado de forma fraudulenta, hipotecas lixo “marcadas para fantasia” feitas por avaliações falsas do preço real de mercado da propriedade e da renda do mutuário.

Os bancos vendiam esses empréstimos a compradores institucionais, como fundos de pensão, caixas econômicas alemãs e outros compradores ingênuos que haviam bebido o neoliberal Ki-Suko acreditando com Alan Greenspan que os bancos não os enganariam.

Os investimentos do Silicon Valley Bank (SVB) não apresentavam esse risco de inadimplência. O Tesouro sempre pode pagar, simplesmente imprimindo dinheiro, e as principais hipotecas de longo prazo cujos pacotes SVP comprou também eram solventes.

O problema é o próprio sistema financeiro, ou melhor, o canto em que o Fed pós-Obama pintou o sistema bancário. Ele não pode escapar de seus 13 anos de flexibilização quantitativa sem reverter a inflação dos preços dos ativos e fazer com que títulos, ações e imóveis baixem seu valor de mercado.

Em poucas palavras, resolver a crise de iliquidez de 2009 de forma a evitar que os bancos perdessem dinheiro (ao custo de sobrecarregar a economia com enormes dívidas), abriu caminho para a crise de iliquidez profundamente sistêmica que só agora está se tornando clara, embora eu não posso resistir em dizer que apontei sua dinâmica básica já em 2007 e em meu livro de 2015, *Killing the Host* [Matando o Hospedeiro].

## FIÇÕES CONTÁBEIS VERSUS REALIDADE DE MERCADO

Não havia riscos de inadimplência para os investimentos em títulos do governo ou pacotes de hipotecas de longo prazo que o SVB e outros bancos compraram. O problema é que a avaliação de mercado dessas hipotecas caiu como resultado do aumento das taxas de juros.

O rendimento dos juros sobre títulos e hipotecas comprados há alguns anos é muito menor do que o disponível em novas hipotecas e novas notas e títulos do Tesouro. Quando as taxas de juros sobem, esses “títulos antigos” caem de preço para trazer seu rendimento para novos compradores de acordo com as taxas de juros crescentes do Fed.

Um problema de avaliação de mercado não é um problema de fraude desta vez.

O público acaba de descobrir que o quadro estatístico que os bancos apresentam sobre seus ativos e passivos não reflete a realidade do mercado. Os contadores bancários podem especificar seus ativos pelo “valor contábil” com base no preço que foi pago para adquiri-los – sem levar em consideração o valor desses investimentos hoje.

Durante o boom de 14 anos nos preços dos títulos, ações e imóveis, isso subvalorizou o ganho real que os bancos obtiveram quando o Fed baixou as taxas de juros para inflar os preços dos ativos. Mas esse Quantitative Easing (QE) terminou em 2022, quando o Fed começou a apertar as taxas de juros para desacelerar os ganhos salariais.

Quando as taxas de juros sobem, os preços dos títulos caem



(e os preços das ações tendem a seguir). Mas os bancos não precisam rebaixar o preço de mercado de seus ativos para refletir esse declínio se simplesmente mantiverem seus títulos ou hipotecas empacotadas.

Eles só precisam revelar a perda no valor de mercado se os depositantes sacarem seu dinheiro e o banco realmente tiver que vender esses ativos para levantar o dinheiro para pagar seus depositantes.

Foi o que aconteceu no Silicon Valley Bank. Na verdade, tem sido um problema para todo o sistema bancário dos EUA. O gráfico na página vem do *Naked Capitalism*, que acompanha diariamente a crise bancária.

## IMEDIATISMO NÃO DEIXOU SVB VER PARA ONDE IA O SETOR FINANCEIRO

Durante os anos de baixas taxas de juros, o sistema bancário dos Estados Unidos descobriu que seu poder de monopólio era tão forte que só precisava pagar aos depositantes 0,1 ou 0,2% sobre os depósitos. Isso era tudo o que o Tesouro estava pagando em títulos do Tesouro de curto prazo sem risco.

Assim, os depositantes tinham poucas alternativas, mas os bancos cobravam taxas muito mais altas por seus empréstimos, hipotecas e cartões de crédito. E quando a crise da Covid estourou em 2020, as corporações retiraram novos investimentos e inundaram os bancos com dinheiro que não estavam gastando.

Os bancos conseguiram obter um ganho de arbitragem – obtendo taxas de investimentos mais altas do que pagavam pelos depósitos – comprando títulos de prazo mais longo.

O SVB comprou títulos do Tesouro de longo prazo. A margem não era grande – menos de 2 pontos percentuais. Mas era o único “dinheiro grátis” seguro disponível.

No ano passado, o presidente do Federal Reserve, Powell, anunciou que o banco central aumentaria as taxas de juros para desacelerar o crescimento salarial que se desenvolveu à medida que a economia começou a se recuperar.

Isso levou a maioria dos investidores a perceber que taxas de juros mais altas reduziriam o preço dos títulos – mais acentuadamente para os títulos de prazo mais longo.

A maioria dos gestores de recursos evitou tais quedas de preços transferindo seu dinheiro para títulos do Tesouro de curto prazo ou fundos do mercado monetário, enquanto os preços dos imóveis, títulos e ações caíram.

Por alguma razão, o SVB não fez esse movimento óbvio. Eles mantiveram seus ativos concentrados em títulos do Tesouro de longo prazo e títulos similares. Enquanto o banco não tivesse saques líquidos de depósitos, não precisava relatar essa queda no valor de mercado de seus ativos.

No entanto, ele ficou segurando a brocha quando o Sr. Powell anunciou que não havia trabalhadores americanos suficientes desempregados para conter seus ganhos salariais, então ele planejou aumentar as taxas de juros ainda mais do que esperava.

Ele disse que uma recessão séria era necessária para manter os salários baixos o suficiente para manter altos os lucros das



## Unrealized Gains (Losses) on Investment Securities



Source: FDIC.  
Note: Insured Call Report filers only.

## Gráfico mostra o tamanho das perdas no valor de mercado dos títulos do Tesouro após a alta de juros do FED

empresas americanas e, portanto, o preço de suas ações.

Isso reverteu o Quantitative Easing do resgate de Obama, que inflava constantemente os preços dos ativos imobiliários, ações e títulos. Mas o Fed se encurralou: se restaurar a era das taxas de juros “normais”, isso reverterá o aumento de 15 anos de ganhos nos preços dos ativos para o setor FIRE [Finanças, Seguros e Imóveis].

Essa mudança repentina em 11 e 12 de março deixou o SVB “sentado em uma perda não realizada de quase US\$ 163 bilhões – mais do que sua base de ações. As saídas de depósitos começaram a cristalizar isso em uma perda realizada.” [1] O SVB não estava sozinho. Bancos em todo o país estavam perdendo depósitos.

Esta não foi uma “corrida aos bancos” resultante de temores de insolvência. Foi porque os bancos eram monopólios fortes o suficiente para evitar compartilhar seus ganhos crescentes com seus depositantes.

Eles estavam obtendo lucros crescentes com as taxas de cobramentos dos tomadores de empréstimos e com as taxas geradas por seus investimentos, mas continuaram a pagar aos depositantes apenas cerca de 0,2%.

O Tesouro dos EUA estava pagando muito mais e, na quinta-feira, 11 de março, a nota do Tesouro de 2 anos estava rendendo quase 5%.

A diferença cada vez maior entre o que os investidores podem ganhar comprando títulos do Tesouro sem risco e a ninharia que os bancos estavam pagando a seus depositantes levou os depositantes mais abastados a sacar seu dinheiro para obter um retorno de mercado mais justo em outro lugar.

Seria errado pensar nisso como uma “corrida aos bancos” e muito menos como um pânico. Os depositantes não eram irracionais nem estavam sujeitos à “loucura das multidões” ao sacar seu dinheiro. Os bancos simplesmente eram muito egoístas. E ao sacarem seus depósitos, os bancos tiveram que vender suas carteiras

de títulos – inclusive os títulos de longo prazo detidos pelo SVB.

Tudo isso faz parte do desenrolar dos resgates bancários de Obama e da flexibilização quantitativa. O resultado da tentativa de retornar aos níveis históricos mais normais das taxas de juros é que, em 14 de março, a agência de classificação Moody’s cortou a perspectiva do sistema bancário dos EUA de estável para negativa, citando o “ambiente operacional em rápida mudança”.

Eles estão se referindo à queda na capacidade das reservas bancárias de cobrir o que deviam aos seus depositantes, que sacavam seu dinheiro e obrigavam os bancos a vender títulos com prejuízo.

## ENCOBRIMENTO ENGANOSO DE BIDEN

O presidente Biden está tentando confundir os eleitores, garantindo-lhes que o “resgate” de depositantes ricos do SVB sem seguro não é um resgate. Mas é claro que é um resgate.

O que ele quis dizer foi que os acionistas do banco não foram socorridos. Mas seus grandes depositantes sem seguro foram salvos de perder o único centavo, apesar do fato de não se qualificarem para a segurança e, de fato, terem conversado entre si e decidido abandonar o barco e causar o colapso do banco.

O que Biden realmente quis dizer é que este não é um resgate do contribuinte. Não envolve criação de dinheiro ou déficit orçamentário, assim como os US\$ 9 trilhões do Fed em Quantitative Easing para os bancos desde 2008 foram criação de dinheiro ou aumento do déficit orçamentário.

É um exercício de balanço – tecnicamente uma espécie de “swap” com compensações de bom crédito do Federal Reserve por títulos bancários “ruins” dados como garantia – muito acima dos preços atuais de mercado, com certeza. Foi justamente isso que “resgatou” os bancos depois de 2009. O crédito federal foi criado sem tributação.

## VISÃO DE TUNEL INERENTE AO SISTEMA BANCÁRIO

Pode-se repetir a rainha Elizabeth II e perguntar: “Ninguém

## Será o First Republic a bola da vez? (AFP)

com os forçados”, ou seja, sua caracterização de eleitores que acreditaram em seu discurso de “esperança e mudança”.

## FED SE ASSUSTA E REVERTE TAXAS DE JUROS

Em 14 de março, os preços das ações e títulos dispararam. Os compradores de margem fizeram uma farra ao ver que o plano do governo é o de sempre: chutar o problema do banco para o futuro, inundar a economia com salvamentos (para os banqueiros, não para devedores estudantis) até o dia da eleição em novembro de 2024.

A grande questão é, portanto, se as taxas de juros podem voltar a um “normal” histórico sem transformar todo o sistema bancário em algo como o SVB.

Se o Fed realmente aumentar as taxas de juros de volta aos níveis normais para desacelerar o crescimento dos salários, deve haver um colapso financeiro. Para evitar isso, o Fed deve criar um fluxo exponencialmente crescente de flexibilização quantitativa.

O problema subjacente é que a dívida com juros cresce exponencialmente, mas a economia segue uma curva S e depois desce. E quando a economia desacelera – ou é deliberadamente desacelerada quando os reajustes de salário tendem a alcançar a inflação de preços causada por preços monopolistas e por sanções anti-russas dos EUA que elevam os preços de energia e alimentos –, a magnitude das reivindicações financeiras na economia excede a capacidade de pagar.

Essa é a verdadeira crise financeira que a economia enfrenta. Vai além do banco. Toda a economia está sobrecarregada com a deflação da dívida, mesmo diante da inflação dos preços dos ativos apoiada pelo Federal Reserve.

Portanto, a grande questão – literalmente o “resultado final” – é como o Fed pode manobrar para sair do canto de flexibilização quantitativa de juros baixos em que pintou a economia dos EUA. Quanto mais tempo continuar a evitar que os investidores do setor FIRE sofram perdas, mais violenta deve ser a resolução final.

A severidade tem sido uma escolha política para continuar “chutando a lata no caminho”, resgatando um aperto financeiro após o outro pelo menos até o próximo ano eleitoral.

## Notas

[1] Huw van Steenis, “A história pode nos instruir sobre as consequências do colapso do SVB”, *Financial Times*, 13 de março de 2023.

\*Economista e escritor. Tradução Hora do Povo. Originalmente publicado em michael-hudson.com